

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.478 - SP (2019/0265880-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **KILO ARABE ALIMENTOS LTDA**
AGRAVANTE : **IGOR EUGENIO PINHEIRO**
ADVOGADO : **ARNALDO MAGALHÃES TOBIAS - SP272032**
AGRAVADO : **MISTER S COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FRANQUIA. 1. AUSÊNCIA DE INOVAÇÃO RECURSAL. TESE RECURSAL DISSOCIADA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 2. TESE RESIDUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Kilo Árabe Alimentos Ltda. e outro contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo conheceu em parte do recurso interposto pelos ora agravantes e, nessa extensão, negou-lhe provimento, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 626):

Ação declaratória de nulidade de cláusula contratual e rescisão contratual (do contrato de franquia padrão) c.c. pedido de tutela antecipada 'inaudita altera pars' - Contrato de franquia para venda de produtos alimentícios (comida árabe) - Inexistência de abusividade nas cláusulas - Contrato livremente celebrado entre partes capazes - Descumprimento, pela ré, do prazo contratual para proposta de recompra - Penalidade por rescisão contratual - Inovações recursais - Honorários de sucumbência mantidos - Recurso não conhecido em parte e desprovido na parte conhecida.

Nas razões do apelo especial, os recorrentes indicaram violação aos arts. 121, 421 e 2.035, parágrafo único, do CC.

Afirmaram que a questão jurídica a respeito do descumprimento da cláusula

contratual n. 34 não trataria de inovação recursal, porquanto tal tese teria sido trazida na contestação e discutida na réplica.

Aduziram que o negócio jurídico relativo à compra do ponto não teria eficácia, pois não foi cumprida a condição prevista em cláusula contratual.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte estadual, levando os insurgentes a interpor o presente agravo, por meio do qual contestam a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, verifica-se que a alegação de ausência de inovação recursal se encontra dissociada dos dispositivos legais apontados como violados - 121, 421 e 2.035, parágrafo único, do CC -, os quais tratam sobre condição, liberdade contratual e validade do negócio jurídico.

Assim, evidente se mostra a deficiência de fundamentação recursal, a ensejar a aplicação, por analogia, do enunciado sumular n. 284 do STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO E IMPLÍCITO. FALTA DE MENÇÃO ACERCA DA MATÉRIA CONTIDA NO DISPOSITIVO LEGAL. NECESSIDADE DE QUESTÃO RESOLVIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DISPOSITIVO DE LEI COM COMANDO LEGAL DISSOCIADO DAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284 DO STF.

(...)

2. Possuindo o dispositivo de lei indicado como violado comando legal dissociado das razões recursais a ele relacionadas, impossibilitada está a compreensão da controvérsia debatida no processo. Incidência do óbice contido no enunciado 284 da Súmula do STF, por analogia.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1065417/RJ, Rel. Ministro OLINDO MENEZES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 15/09/2015)

No tocante à tese residual, verifica-se que ela não foi objeto de debate no acórdão estadual.

Diante desse contexto, tem-se que o prequestionamento, requisito viabilizador

do recurso especial, não foi preenchido, o que impede o conhecimento da referida matéria por esta Corte Superior, nos termos dos enunciados sumulares 282 e 356 do STF.

A título ilustrativo:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE. AFRONTA AOS ARTS. 402, 403, 730, 733 E 734 DO CÓDIGO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA/STF. DANOS MORAL E MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As matérias constantes dos dispositivos legais apontados como violados não foram objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o necessário prequestionamento, incidente o óbice do enunciado 282 da Súmula do STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1111956/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator